



Sociedade

Redução do consumo energético pode significar "grave prejuízo na qualidade de vida" nas habitações

Jéssica Sousa
30 Setembro 2022



Eurodeputados alertam que, face as fracas condições térmicas no edificado em Portugal, a redução de consumo energético na UE pode contribuir para um "grave prejuízo na qualidade de vida".

Follow

Like



Portugal, isto considerando as fracas condições térmicas registadas em grande parte dos edifícios no país. Assim, defendem a promoção de programas de eficiência energética que permitam a reabilitação do edificado e das habitações, numa altura em que o bloco europeu se comprometeu em reduzir o consumo do gás da eletricidade para garantir reservas suficientes para o inverno.

“A diminuição do consumo [de energia] pode significar um grave prejuízo na qualidade de vida. As pessoas têm direito ao seu conforto mínimo”, afirmou o socialista Carlos Zorrinho da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), durante o *webinar* “A resposta da UE ao aumento dos preços da energia na Europa”, promovido pela representação portuguesa no Parlamento Europeu, esta sexta-feira.

PUBLICIDADE



Para o eurodeputado, “são precisas campanhas para maior literacia energética para que se consiga manter o conforto [em casa]”, caso contrário, **“se não formos muito bem-sucedidos na redução das faturas, a própria**

mínimo, à sua dignidade”, frisou.

Na sequência do pedido do executivo comunitário, o Governo publicou esta semana o Plano de Poupança de Energia que, entre várias medidas, destacam-se as recomendações e as restrições ao consumo em espaços públicos, espaços comerciais ou na administração pública, e a **promoção de medidas de eficiência energética no setor residencial bem como em campanhas promotoras de consumos equilibrados e sustentáveis.**

Durante a sua intervenção, Maria Graça Carvalho, do grupo do Partido Popular Europeu (PPE) referiu que **“Portugal é um dos casos [europeus] em que as habitações são muito pouco eficientes”** sendo, assim, **“difícil para os consumidores despenderem de poupanças para fazerem melhorias nas habitações”**. A corroborar a afirmação da eurodeputada, surge João Pimenta Lopes do grupo da Esquerda no Parlamento Europeu GUE/NGL, que afirmou que **Portugal está ciente “do conceito de pobreza energética e da incapacidade das famílias terem aquecimento em casa”**, sendo assim necessária a **“mobilização de meios para requalificação dos edifícios”** para as famílias com maiores dificuldades.

Na sequência da aprovação da medida proposta pela Comissão Europeia que visa aplicar uma **taxa de 33% sobre os lucros excessivos das empresas de combustíveis fósseis**, a ser convertida numa **“contribuição solidária”** a redistribuir pelos mais vulneráveis, Carlos Zorrinho defende que estes fundos devem servir para reforçar programas comunitários, nomeadamente, o instrumento de apoio temporário criado durante a pandemia. **“O SURE tem que ser reforçado com este dinheiro para apoiar as famílias e as empresas. O impacto do custo energético pode chegar a ser tão forte como o da pandemia, em muitos casos”**,

segundo um estudo levado a cabo pela LISBOA E-NOVA, Agência de Energia e Ambiente de Lisboa e a AdEPorto, Agência de Energia do Porto, **cerca de 40% dos residentes em Lisboa e no Porto admite**

desconforto em relação à temperatura em casa durante o inverno. A humidade (31%), entrada de ar através de portas e janelas, fraco isolamento térmico das paredes (20%) e fraco isolamento térmico da cobertura (14%) são as quatro situações de ineficiência energética mais frequentemente identificadas em Lisboa, enquanto no Porto a entrada de ar através de portas e janelas, a par da humidade, são as duas questões que mais preocupam (26% cada), seguidas de demasiada luz solar (9%) ou, em oposição, pouca iluminação natural (8%).

O alerta dos eurodeputados surge na sequência da reunião entre os ministros da Energia da União Europeia, onde foi aprovada uma meta de **redução global voluntária de 10% do consumo bruto de eletricidade e uma meta de redução obrigatória de 5% do consumo de eletricidade nos horários de pico.** Os Estados-membros terão de identificar 10% das suas horas de ponta entre 1 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023, durante as quais reduzirão a procura. Antes desta medida que visa reduzir o consumo de eletricidade, já a **Comissão Europeia tinha proposto um corte no consumo de gás de 15% até março de 2023.** As medidas surgem numa altura em que a Rússia já não envia gás para a Europa, através da Alemanha, comprometendo assim a segurança energética necessária para o inverno que se avizinha.



<https://eco.sapo.pt/2022/09/30...>

Copiar

No momento em que a informação é mais importante do que nunca, apoie o jornalismo independente e rigoroso.

De que forma? Assine o ECO Premium e tenha acesso a notícias exclusivas, à opinião que conta, às reportagens e especiais que mostram o outro lado da história.

Esta assinatura é uma forma de apoiar o ECO e os seus jornalistas. A nossa contrapartida é o jornalismo independente, rigoroso e credível.

Assine já

Veja todos os planos